



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Política Social e Estratégias de Desenvolvimento.

A onda conservadora encarnada nas políticas públicas

Alejandra Pastorini Corleto ¹
Gabriele Gomes Faria ²

Resumo: Este trabalho em linhas gerais trata do avanço do conservadorismo não como um elemento novo, mas em sua reedição que, ao encarnar nas políticas públicas, detona novas roupagens ao velho, ora cravejado de traços fascistas que exacerbam o racismo, a xenofobia, a homofobia, a intolerância religiosa, o discurso moralizador, higienista, criminalizador e antidemocráticos, traços funcionais à sociabilidade capitalista. Em vista disto, buscamos demarcar o arsenal de reformas da agenda conservadora que impregna as políticas públicas. Trabalhamos com a ideia de que o avanço do protagonismo das instituições evangélicas no espaço público contribui com o reforço dos traços conservadores e moralizadores das ações e programas sociais.

Palavras-chave: Estado; Políticas públicas; Conservadorismo; Religião.

The conservative wave included in public policies

Abstract: This work intends in general lines to deal with the advancement of conservatism not as a new element, but in its reissue which, when incarnating in public policies, detonates new clothes for the old, now studded with fascist traits that exacerbate racism, xenophobia, homophobia, religious intolerance, moralizing, hygienist, criminalizing and functional anti-democratic discourse and capitalist sociability. In view of this, we seek to demarcate the arsenal of reforms from the conservative agenda that permeates public policies. We work with the idea that the advancement of the protagonism of evangelical institutions in the public space contributes to the reinforcement of the conservative and moralizing traits of actions and social programs.

Keywords: State, Public policy; Conservatism; Religion.

1 Introdução

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa maior que tem como objetivo entender as características que assumem as intervenções do poder público dirigidas aos setores mais pauperizados. A partir da investigação bibliográfica e de levantamentos documental e jornalístico, buscamos identificar as particularidades do processo de intensificação do conservadorismo e suas manifestações nas políticas públicas no Brasil, especificamente, nas áreas da saúde, educação, assistência social e previdência.

¹ Alejandra Pastorini, professora associada da escola de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Email: alejandrapastorini@gmail.com.

² Gabriele Faria, assistente social da Prefeitura de Armação dos Búzios, Doutoranda do Programa de Pós-graduação (ESS/UFRJ). Email: fwgf20@gmail.com.

Partimos do pressuposto que o pensamento, as pautas, os valores e as práticas conservadoras não são elementos exclusivos do atual contexto brasileiro, assim como tampouco são elementos novos e singulares do século XXI; pelo contrário, o conservadorismo é uma das marcas do capitalismo que se encarna no Estado, ou seja, na forma política que o capital requisita para se expandir. Contudo, tal como será tratado neste trabalho, o pensamento conservador enquanto manifestação do pensamento moderno acompanhará o movimento das transformações do capitalismo nos distintos momentos históricos, mesmo que mantendo os traços essenciais (centralidade da família, moralidade religiosa, defesa dos valores tradicionais, diferenciação e segmentação entre gêneros, raças, classe etc.). Sendo assim, aqui temos como objetivo demarcar o arsenal de reformas da agenda conservadora que impregna as políticas públicas. Trabalhamos com a ideia de que o avanço do protagonismo das instituições evangélicas no espaço público contribui com o reforço dos traços conservadores, higienistas, criminalizadores e moralizadores das ações e programas sociais.

Para expor os resultados na nossa pesquisa, dividimos este trabalho em 3 partes, iniciando pela reflexão acerca da força conservadora encarnada no Estado burguês e nas políticas públicas. Na sequência apresentamos algumas informações relativas ao alargamento da presença dos evangélicos no Brasil, e em especial das estratégias utilizadas por estes grupos religiosos para ampliar a sua presença e influência na sociedade, no espaço da política e no Estado. A terceira parte analisa os avanços do conservadorismo no Brasil e os retrocessos expressos nas políticas públicas.

2 Função estatal e sua força conservadora

É impensável falar do avanço do conservadorismo sem tangenciar o papel do Estado neste processo, tendo em vista seu compromisso ideopolítico junto à dinâmica capitalista.

Pensando o Estado enquanto um fenômeno essencialmente capitalista, Mascaro (2013), o aponta como necessário a reprodução do capital, afiançador da troca de mercadorias e da exploração da força de trabalho, portanto, necessário às relações sociais, sobretudo, às de produção e reprodução, permitindo que explorador e explorado qualifiquem-se enquanto sujeitos de direitos. Assim, ao ser atravessado pelas categorias valor e formas sociais, bem como por conflitos e lutas de classes, a forma estado, tal qual

se apresenta, é uma manifestação moderna do capital que inferimos expressar sua face destrutiva e segundo Mészáros (2015) desumana, pondo em risco o futuro da sobrevivência da humanidade em face do no gerenciamento das contratendências das quais os efeitos serão sentidos sobremaneira pela classe trabalhadora que via nesta instituição a possibilidade de ter assegurado seus direitos, mas que em período de crises evidencia o processo de garantia dos seus direitos sob o prisma de uma ilusão, ao passo que normas e legislações são insuficientes para colocar limites ao projeto burguês.

Para Mandel (1982, p.350) exatamente por ser intolerável uma perspectiva cidadã, o Estado tratará de frear as liberdades, enfraquecê-las e aboli-las legalmente fazendo valer o poder econômico e a dominação ideológica que se traduz em controle, sobretudo, com tendência de novos ciclos autoritários nas periferias do sistema capitalista.

Em todos estes aspectos a ação Estatal se faz necessária enquanto parteira do modo de produção capitalista. Segundo Mandel (1982, p.333-334) nesta dinâmica a classe capitalista reina, mas não governa, apesar disso, trata de exercer sua dominação ideológica e o controle que permeia o Estado, fazendo-o campo de interesses divergentes e com funções integradoras essenciais, seja em qual forma assumir, quais sejam: i) criador de condições gerais de produção; ii) repressor de ameaças e iii) garantidor da ideologia burguesa.

Este caráter instrumental e, fundamentalmente, conservador do Estado faz dele um terreno eficaz para fertilização dos negócios econômicos, trazendo à tona aquilo que Harvey (2006, p.92) considera um mito a ser revisto, tendo em vista não ser o Estado um complexo passivo na história, tampouco neutro, mas funcional ao bom desenvolvimento do capitalismo que necessita do envolvimento estreito e firme deste, ou seja, uma forma de organização que o burguês adota para garantir seus interesses. E, sendo o Estado o *locus* de confiança do homem, onde está posta a ilusão de preceitos éticos, as ideias que emanam daí agem no sentido de garantir, reproduzir e reforçar a dominação via ocultamento, naturalização e exaltação do particular como universal.

Nesta dinâmica, a burguesia conta com o espaço estatal para atender seus interesses sob uma ideologia saturada de instrumentos de dominação que avançam por meio de formas sutis de produzir convencimento e, portanto, mistificá-lo como importantes para todos. onde o Estado é uma peça central:

O Estado é parte integrante desse sistema como um modo de controle

sociometabólico, e funciona como agente ativo tanto da lei do Estado como da ilegalidade do Estado a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida (MÉSZÁROS, 2015, p.59).

Em vista disto, segundo o referido autor (p.52) o Estado se converterá em executor de uma ilegalidade que perde a excepcionalidade e caminha na órbita da regra assumindo o vulto de uma violência genérica via discursos e ações que caracterizam a desumanidade, já que não há consensos quanto aos valores universais que se afoga em preconceitos, intolerâncias, desconstrução de sujeitos coletivos via valiosos mecanismos de consensos e coerção postos por esferas políticas e jurídicas que impactam em nosso cotidiano e que expropriam grande parte da população por meio de arranjos conservadores que servem de auxílio teórico-ideológico para escamotear e naturalizam a realidade.

Esta ideologia, segundo Almeida (2018), tem vários matizes sendo que a origem do conservadorismo clássico data do século XVIII, quando a ideia central era cultivar instituições e valores tradicionais, concebidos como pilares de uma civilização. Mais tarde, com o advento da industrialização, a ideologia conservadora se opõe à racionalidade científica e aos movimentos em prol da democracia que ameaçavam o tradicionalismo e posições de poder, posto que acreditavam serem estes vitalício às elites. Então, como reação à algumas conquistas, que “podiam” inviabilizar o projeto burguês, bem como produzir um igualitarismo que extinguisse diferenças individuais cultivadas pela tradição, se estrutura um novo conservadorismo afim de garantir que algumas relações possam ser mantidas favorecendo assim a reprodução ampliada do capital.

Escorsim Netto (2011, p.148) ao examinar tanto as manifestações imediatas do conservadorismo quanto a sua gênese sinaliza que “[...] o pensamento conservador é uma expressão do pensamento social moderno”. Logo, os rebatimentos e avanços destas conduções conservadoras postas pelas mudanças no interior do capitalismo se metamorfoseia ao longo da história, sem, contudo, perder traços essenciais, quais sejam: a segmentação social, foco na família como base da moralidade, culto à religião e à tradição. Assim, tal pensamento tem a função sociopolítica de recuo via um saudosismo do passado que em nosso caso, está legitimado por peculiaridades da formação social brasileira: escravagista, patriarcal e racista, que vão sustentar formas de pensamento as quais almejam exaltação da hierarquia, nutrição de privilégios, conservação da ordem e do *status quo*, conspirando contra os direitos e os avanços democráticos. Deste modo, a perspectiva conservadora posta na atualidade aparece como funcional ao ideário

neoliberal que preconiza, entre outras coisas, a acumulação sem limites do capital, e para sustentabilidade deste projeto, torna-se mister a conformação de um mundo à luz da própria imagem burguesa.

Dito isto, no contexto de crise estrutural do capital, salta aos olhos algumas características deste Estado enquanto uma força altamente conservadora, tangenciada ainda por dimensões destrutivas, com determinações impregnadas de desumanidade, violência, formas distintas e modernas de alienação em que as políticas sociais cada vez mais restritas mercantilizam-se para afiançar renovadas configurações de acumulação capitalista por meio de transferência do fundo público para pagamento dos juros e amortização da dívida pública contraída em nome da burguesia.

Nesta feita, a vida da classe trabalhadora assume condições degradantes em vista do aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e da enormidade de sobrantes. A barbárie contemporânea se expressa na intensificação da pauperização, violência, guerras, conflitos entre grupos, destruição da natureza, xenofobia, intolerância, fundamentalismo religioso, que desumanizam e dão vulto ao ódio fascista que rebate nas pautas políticas. Essas pautas, outrora democráticas encontram-se, cada vez mais, impregnadas por um caráter absurdamente conservador que reverbera num grande projeto societal irradiado por todo tecido social, levado a cabo nas pautas legislativas, inclusive, com vistas a enfrentar as supostas ameaças à ordem através da repressão, moralização, punição. Todos estes elementos constituem a nova face da barbárie que almeja garantir a sustentabilidade do mercado.

3 O conservadorismo religioso dos evangélicos no Brasil

Na virada do século XX para o XXI é perceptível o avanço acelerado da presença dos representantes das instituições evangélicas no espaço público no Brasil. A “Frente Parlamentar Evangélica” é um importante exemplo do crescimento e centralidade que vêm adquirindo os diversos grupos evangélicos no Congresso brasileiro, nucleado entorno de uma pauta conservadora. Esta Frente Parlamentar, criada em 2003, atualmente é integrada por mais de uma centena de deputados e senadores vinculados à heterogênea “bancada evangélica” que tem como objetivo declarado a articulação dos parlamentares,

no âmbito do Congresso Nacional, em torno de uma pauta conservadora baseada na defesa da vida, da família e da moral religiosa.³

Esta Bancada aponta dentre suas reivindicações impedir a aprovação de normas a favor de direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, do casamento homoafetivo, de pesquisas com células-tronco embrionárias, do ensino laico, dentre outras. Alguns desse parlamentares foram responsáveis por projetos que vão na contramão da garantia e ampliação de direitos humanos e sociais, dentre eles entendemos importante mencionar: o “Estatuto do Nascituro” (PL 478/2007), “Estatuto da Família” (PL 6583/2013), o projeto conhecido como “Cura Gay”.

Também esse setor teve um papel fundamental no processo político que concluiu com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e que possibilitou que o vice-presidente Michel Temer ocupasse de forma definitiva a cadeira no Palácio do Planalto, em 2016. Não podemos esquecer que a referência a Deus, à bíblia, família, fé e à nação foram constantes nas declarações dos votos dos evangélicos, embora não exclusivamente, no processo de admissibilidade do referido *impeachment*.⁴

É importante mencionar que o atual presidente da República Jair Bolsonaro chega ao poder em 2019 – tendo como slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – com o apoio político (logístico e financeiro) de diversos grupos evangélicos que hoje ocupam parte significativa dos cargos no executivo federal (Ministérios, Fundações, Secretarias Nacionais etc.).⁵ Exemplos dessa protagonismo no atual governo nacional são: Pastora Damares Regina Alves (chefe do Ministério da Mulher, da Família

3 Devemos mencionar que não todos os Congressistas Evangélicos integram essa Bancada que assume uma posição claramente conservadora na sociedade e no espaço político institucional. Como indica Almeida (2017) o termo “evangélicos” compreende a diversidade de fiéis, lideranças religiosas e políticas, muitos deles conservadores, mas outros com posicionamentos mais progressistas. No entanto, neste trabalho estaremos fazendo referência ao grupo que ocupa um lugar hegemônico no mundo da política, aqueles que são “pouco tolerantes com religiões e morais alheias, e cujas lideranças costumam ser percebidas com desconfiança, sendo algumas consideradas ambiciosas e arrivistas” (Almeida in Almeida, 2017, s/d).

4 Seguramente, não é uma coincidência que essas mesmas referências tenham sido utilizadas por políticos da direita conservadora e ultradireita quando assumiram o poder em Peru, Bolívia, Argentina, El Salvador, assim como em outros países da América Latina. Nessas oportunidades, nos discursos de posse afirmava-se que: “encontram-se amparados pelo direito divino”, que “Deus permitiu que a bíblia volte a entrar no palácio”, que “o Brasil é do senhor Jesus”, que posicionam-se em favor da “família e (...) [da] inocência das crianças em sala de aula”.

5 Há um outro dado importante a ser lembrado. O poderio adquirido pelos evangélicos nos últimos anos, que se expressa como mencionado acima na ocupação dos cargos do primeiro escalão, a partir do governo Bolsonaro, passa a ser dividido com os setores militares.

e dos Direitos Humanos), Benedito Guimarães Aguiar Neto (Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes), o missionário evangélico Ricardo Lopes Dias como responsável da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, dentre outros.

Contudo, é importante explicitar que o processo de alargamento do protagonismo dos evangélicos na política já se encontrava em cursos desse a década de 1980, tal como indicam diversos estudos, como por exemplo Freston (1993), quando analisa a presença dos grupos evangélicos na política no período da Constituinte. Mas, queremos lembrar que, foi nos anos 1970, no contexto das ditaduras cívico-militares que, em diversos países da América Latina, o pentecostalismo oriundo dos Estado Unidos se estabelece em alguns países da região, como é o caso do Brasil, assim como no continente africano.

Sem dúvida nenhuma, a incursão dos evangélicos na política e sua pauta conservadora marcam mudanças nesse espaço, porém é importante mencionar que, no caso brasileiro, desde o período do Império até os dias de hoje, as instituições religiosas ocupam um lugar central. Desde cedo, o catolicismo reconhecido como religião oficial, interferiu e contribui para definir os preceitos morais, os “bons” costumes, as relações entre os sujeitos no âmbito da família e a organização desta instituição, o papel da mulher e do homem na sociedade, evidenciando assim os limites reais da ideia da laicidade do Estado brasileiro. Contudo, nas últimas décadas a Igreja católica vai sendo desafiada pelo avanço dos setores evangélicos que, como mencionamos acima, a partir dos anos 1970, já se colocavam no cenário mundial como uma importante estratégia de contenção da Teologia da Libertação.

O crescimento da participação dos evangélicos e, principalmente, dos pentecostais e neopentecostais na política produz importantes transformações na consolidação de uma estratégia conservadora que se apoia na naturalização da sociedade e das relações sociais assim como no não questionamento da ordem social, buscando recuperar valores sociais tradicionais (como a nação, a família, a moral religiosa e a fé em Deus).

Como menciona Mendes, na entrevista realizada por Azcárate (2020), estes grupos evangélicos se acoplam

À prédica neoliberal em favor do empreendedor que admite o direito dos fiéis de abrir sua própria igreja e de se autodenominarem “pastor de revelação” (...) e se tornarem pastores evangélicos, “isto inscreve-se na lógica do capital e do consumo; cada um pode criar seu próprio *business* neopentecostal” (s/d).

Essa prática permite a multiplicação das igrejas – não somente nas periferias das cidades e nas localidades mais pauperizadas – e a ampliação da sua presença e incidência no cotidiano dos sujeitos nos territórios onde eles moram e trabalham. Também a capilaridade destas igrejas é facilitada pelas diversas estratégias mediáticas como: televisão, rádio, internet, redes sociais, jornais etc.⁶ Ao mesmo tempo cresce a presença destas instituições religiosas no espaço artístico promovendo a música, dança e cinema, organizando mega eventos religiosos etc., atendendo e criando, assim, uma demanda e uma forma de relacionamento, de lazer e expressão artística e cultural que reproduz os valores e preceitos religiosos reforçando o apoio à pauta conservadora. Não menos importante são as redes de apoio criadas entre os evangélicos. Como explica Azcárate (2020)

A ausência de direitos e a marginalização social junto à carência de assistência pública são dados chave para a implantação do pentecostalismo. Este funciona nos coletivos abandonados, que não possuem um espaço de existência e lhes constitui esse lugar, “cria redes de apoio mútuo entre os fiéis, que acabam funcionando e contribuem para que objetivamente melhore”. (...) Às vezes operam como hospitais espirituais... (s/d).

Contudo para garantir a existência desse conjunto de atividades e prática, a contribuição financeira dos fiéis é decisiva, assim como as isenções fiscais e demais facilidades outorgadas pelo Estado, que ajudam com o crescimento do poderio político, social e econômico dessas instituições religiosas. Segundo a pesquisa desenvolvida por Calderón Castillo,

Somente no Brasil, as autoridades fiscais indicam que as igrejas evangélicas movimentaram, em 2015, 25 milhões de reais (7 milhões de dólares), uma cifra gigantesca que tem permitido um exponencial crescimento às igrejas, que criam franquias e seus próprios templos em qualquer povoado, cidade ou país do mundo. (2017, s/d).

Estas instituições religiosas na atualidade vêm se transformando em um importantíssimo mecanismo de consolidação do conservadorismo, seja através da defesa de uma pauta conservadora, seja pela reprodução de valores, preceitos e modos de vida tradicionais apoiados em crenças e práticas típicas do fundamentalismo religioso.

4 Influência conservadora nas políticas sociais

⁶ Vários das Igrejas e grupos evangélicos possuem suas próprias emissoras de rádio e canais de televisão, assim como espaços de espetáculos e recreativos.

Como visto, o avanço do conservadorismo se institucionalizou e não mede esforços para fazer com que as ideias particulares soem como universais, donde forma política terá a função de preservar a tradição e controlar o indesejado.

Mesmo nos governos petistas, em que se viveram momentos de elevação e refluxo do crescimento econômico, não se avançou para além do acesso ao consumo que sem dúvida alterou o quadro das desigualdades absolutas; contudo essa mudança não foi capaz de garantir melhoras sólidas na vida da maioria da população. Por outro lado, já neste cenário também se observa o avanço do conservadorismo, sobretudo dentro do próprio governo que fez alianças com os setores conservadores que engrossavam o público que nutria profundo desprezo por aqueles que querem viver com dignidade. Contudo, no governo Dilma, com o acirramento da crise e a pressão do capital sobre o fundo público, o ódio ao pobres e a *pari passu* à democracia ficam latentes, desembocando no golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rouseff, mas que ganha o tônio de *impeachment* justificado em nome da moralidade e perseguição a corrupção. Tal golpe, orquestrado conjuntamente ao seu vice Michel Temer, permite o avanço acelerado da agenda de retrocessos: ampliando o processo de privatização, alargamento do fundamentalismo religioso, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento diferente do oficial, recuo das legislações sociais, exacerbação da força policial, corte no orçamento das políticas públicas, bem como total inércia do judiciário que, cada vez mais afastado do povo, evidencia servir mais aos interesses daqueles que detém o poder.

Neste dinâmica a bancada “BBB” (defensora de projetos dos setores conhecidos como: da Bala, do Boi e da Bíblia), já instaurada e forte no país, traz à baila, os interesses armamentistas, ruralistas e evangélicos que, dentro do Congresso Nacional Brasileiro, alinham os seus interesses econômicos particulares ao projeto conservador abertamente reacionário tal qual demonstrado em alguns estudos (ver: PASTORINI, et al, 2019) que asseveram que apesar de presente em diferentes momentos da história, o conservadorismo toma vulto em “terras tupiniquins” via uma forte bancada evangélica presente nos espaços legislativos e executivos, com forte defesa de pautas que reiteram valores tradicionais cristãos, repudiam os movimentos sociais, criminalizam, moralizam e militarizam as expressões da questão social, tal como foi mencionado do item anterior.

Além disto, o mesmo estudo pontua que esta bancada atua ao lado dos grupos que representam os interesses do agronegócio e da mineração, e se contrapõem aos setores e legisladores que lutam pelas garantias constitucionais. É assim que, afirmamos que estes agrupam os setores mais conservadores tendo inclusive importante papel no cenário do golpe de 2016, sobretudo, em função do interesse em um presidente que trabalhasse em prol de suas propostas, revelando posteriormente apoio massivo à Jair Bolsonaro que representava em seu discurso e ações o que havia de mais conveniente às elites dominantes brasileira.

Eleito, em 2018, com enorme popularidade, e hoje após um ano de governo, Bolsonaro conservou a perspectiva reacionária e autoritária que, sob o discurso de austeridade, encobre as suas reais intenções e as tornam legítimas diante da classe trabalhadora “cansada da corrupção”, do desemprego e da criminalidade. No entanto, o projeto implementado preconiza um grande ataque aos direitos e à democracia em nome dos interesses da *elite do atraso* (SOUZA, 2017). Em 2019 a Anistia Internacional já chamava a atenção para projetos que tramitavam no congresso e que representavam um verdadeiro ataque aos direitos. Em fevereiro/2020⁷ divulgou relatório apontando os inúmeros retrocessos na área dos direitos humanos, onde o presidente Jair Bolsonaro e o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel são citados nominalmente como contrários aos direitos humanos, ao passo que tais discursos traduzidos ainda em medidas administrativas e legislativas balizam incoerência, ineficiência junto aos crimes ambientais; desproteção e risco postos pela negligência com povos indígenas e quilombolas. Aparecem também no relatório os ataques, ameaças e impunidade no que tange aos agravos e crimes contra ativistas dos direitos humanos, donde o caso Mariele Franco e Anderson é citado. Por último, o relatório faz menção aos discursos de autoridades estaduais e federais que endossam o aumento da violência policial praticada contra jovens, negros, moradores de favelas, reforçando características de um Estado penal altamente conservador e que acaba de aprovar um “pacote anticrime”, sem dúvida funcional à este projeto do qual estamos falando.

⁷Dados do Relatório da Anistia Internacional divulgado em fev/2020 Disponível em: <https://anistia.org.br/direitoshumanos/publicacoes/?categoria=0&tipo=Relat%C3%B3rio&idioma=&localidade=Brasil> (acesso em 27/2/2020)

Em vista disso, o que ora está posto é um cenário regressivo e de verdadeira destruição do Estado social que pretende por meio de segmentos conservadores revogar o contrato social da Constituição Federal de 1988 e aprofundar reformas neoliberais. A aprovação da Ementa Constitucional 95/2016 no governo Temer (que institui um regime fiscal de congelamento dos gastos com saúde, educação, ciência e tecnologia e Assistência Social) é um marco deste processo em curso.

E quanto ao tratamento dado as políticas públicas, já no primeiro ano de governo Bolsonaro trata a educação pública de forma hostil, sobretudo, as universidades, a ciência e a tecnologia, por meio de traços ultraneoliberais e neofascistas apoiado em grupos conservadores e fundamentalistas que trazem a cena a retomada da discussão do projeto “Escola sem-Partido” e neste o cerceamento das liberdades e ataques à discussões de gênero. Além disso, anuncia a revisão de livros didáticos, recolhimento de importantes livros da literatura brasileira, entoando um claro controle a apropriação do conhecimento. Outrossim, ainda em uma pegada de saudosismo ao passado, o MEC comunica às escolas quanto a obrigatoriedade do enfileiramento e gravação de crianças cantando o hino nacional, ação esta polêmica que fez com que o Ministro da Educação recuasse. Os anúncios de cortes motivados por “balburdia” e ideologias comunistas, também causaram polêmicas, além de expressar mais uma vez o autoritarismo e controle da liberdade de expressão. O ataque a pesquisa e desqualificação de pesquisadores via corte de bolsas também estiveram presentes. O discurso de militarização como alternativa educacional e disciplinar entoa e tenta mobilizar estados e municípios à sua adesão. Outrossim, o lançamento do “Programa Future-se” detona a face privatizante no ensino superior e Institutos Federais com repasse de obrigações Estatais às Organizações Sociais, ou seja, repasse do fundo público ao setor privado. Tais medidas, para além da precarização da educação demarcam o conluio cultural, claramente reacionário do não acesso à esta política pelo povo.

Na esteira deste processo de mercantilização crônica da Política de Saúde que abre espaço para o capital com os planos privados e comunidades terapêuticas na disputa do fundo público, se introduz desde 2017 na Rede de Atenção Psicossocial a possibilidade de internações forçadas, repressoras em instituições religiosas e pouco preparadas para o tratamento da drogadição e que em grande medida reforçam perspectivas higienistas e autoritárias. Mas a regressividade avança sobremaneira com a nota técnica nº 11/2019

que segundo Passos e Gomes (2019, p.161) põe em cheque o que ora foi preconizado pelo movimento de reforma Sanitária ao demarcar novas medidas para a política de saúde mental, dentre elas, o retorno da eletroconvulsoterapia; internações de crianças e de adolescentes, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente; a não oposição ao fechamento de leitos; , repulsa a redução de danos, além de não considerar o Centro de atenção Psicossocial como um serviço substitutivo, demarcando, portanto, um claro retrocesso que avança numa tendência moralizadora, punitiva, controladora dos corpos, repressora denotando funcionalidade do retorno do Manicômio à sociabilidade capitalista tal qual se confere ao presídio.

Ainda no campo da saúde, a portaria 2698/19 anuncia a suspensão de transferências financeiras à quem não alimentar os sistemas de informações, num claro movimento produtivista que não conta com quadro de recursos humanos suficientes, tampouco, condições infra-estruturais adequadas atacando equipes de agentes comunitários de saúde; equipes de saúde bucal; Núcleo ampliando de saúde da família; Equipes de consultório de Rua; Equipes de Saúde Fluvial; Equipes de saúde prisional e unidades odontológicas móvel. Tal medida fere o princípio da universalidade ao lado da portaria 2979/19 que institui nova forma de financiamento por meio de uma carteira de serviços na Atenção Primária à Saúde donde os recursos aos municípios levarão em conta o número de usuários cadastrados nas equipes de saúde e o desempenho destas a partir de indicadores de qualidade. Tal medida fere o princípio da universalidade garantido pela constituição, tendo em vista que os recursos estarão vinculados ao total populacional cadastrado e os municípios terão dificuldades para garantir tal direito já que grande parte da população não é castrada, mas acessa o serviço. Além disso, a baixa informatização posta pela ausência e/ou número reduzido de computadores e acesso à internet é uma questão limitadora. Em vista disto, o que ora está colocado é uma maior focalização nos atendimentos onde neste caso, terá direito ao Sistema Único de Saúde quem tiver o cadastro, desconsiderando uma lógica universal. Outrossim, tal mudança abre precedentes a privatização e terceirização de serviços, sem contar que perdendo a referência do território adstrito a disputa pela clientela, a lógica produtivista e competitiva se instalará nas unidades causando inclusive impactos no que tange a vigilância em saúde.

Contudo, sob o discurso da modernidade o que ora se apresenta é mais uma vez um incremento tecnológico pautado na perspectiva de otimização dos recursos,

mecanismo este analisado por Mandel (1982) como capazes de esconder o real, destruindo a razão e mistificando a realidade. O fetichismo desta tecnologia abre precedentes à privatização, à um viés antidemocrático, controlador dos usuários e profissionais, sendo estes últimos, também cerceados de sua autonomia num movimento autoritário e de pouca escuta dos que operam a política.

Ainda no sentido de pontuar em que medida este discurso conservador e fascista reverbera nas políticas, seguimos pontuando a alienação do Estado para transferências ao sistema financeiro a partir dos ajustes também na Política de Assistência Social, tendo em vista os cortes de benefícios assistências, investimentos pífios para os eixos que deveriam estruturar o Sistema Único de Assistência Social; implementação de programas que retomam o primeiro-damismo e contrariam as perspectivas do SUAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente, precarizam e desfinanciam os serviços inviabilizando a acessibilidade dos mais pobres, a exemplo da burocratização e demora para acesso ao BPC e dos recentes ataques ao Programa Bolsa Família, que implementa o pagamento do 13º sem ampliar o orçamento, logo, sacrificando famílias que aguardam novas adesões, cancelam e bloqueiam tantas outras, com requinte de desumanidade tão presente no tempo atual. Por outro lado, a redução de recursos concomitante ao aumento da demanda nos faz questionar a qualidade dos serviços ora oferecidos dentro destes equipamentos, que na maioria dos municípios tem servido apenas de *lócus* para atualização e efetivação do Cadastro Único, ou seja, os espaços dos CRAS's por meio de potentes sistemas tecnológicos mapeiam e identificam famílias vulneráveis, mas que dado o subfinanciamento desta política não vão além do controle, identificação e fiscalização daqueles inseridos, remetendo-nos a lógica conservadora que vem atravessando as políticas, sendo neste campo perpetrada pela equipe técnica que se não estiver atenta, reproduz ações “educativas” moralizadoras, apassivadoras, organizando a dominação.

Destarte, os direitos Previdenciários que há anos vem sendo atacados sob o julgo de redução de despesas e aumento da arrecadação, com a reforma aprovada em 2020 podem estar inviabilizados para muitos trabalhadores, em função da adequação desta política ao capital financeiro. Segundo Salvador (2019, p. 108), tal desmonte implica na organização de um sistema capitalizado na previdência social, gerido pelo setor privado, baseado na contribuição dos trabalhadores e na quantidade de recursos acumulados, ou seja, sem qualquer garantia previa, empurrando aqueles que podem pagar ao mercado.

Para além do acesso ainda mais penoso, o desmonte do INSS é marcado por déficit de recursos humanos, precarização das relações de trabalho, e que recentemente se deparou com a medida provisória que previa a extinção do quadro técnico de serviço social, responsável pelo atendimento direto à população, fato revertido pela grande mobilização coletiva, mas que demarca um claro ataque, já que as novas modalidades de atendimento eletrônicos postas em 2019 (135 ou Meu INSS) dificultariam acesso às orientações dos mais necessitados, quer seja, idosos e deficientes assinalando esse tempo como de estímulo a banalização da desumanidade em vista de uma ordem regressiva das conquistas civilizatórias.

5 Considerações finais

Observamos que em dado momento do capitalismo, se exige que o Estado construa um campo de dominação política, donde a ideologia dominante servirá de estratégia para encobrir as reais intenções do capital. Mas, lembremos que a expansão capitalista não têm qualquer limite ético e, portanto, reforça normas e modos de pensamento necessários para garantir essa reprodução, que se refratam no interior do Estado que passa a desempenhar sua função de forma renovada, para garantir a reprodução do capital; mesmo que para isso tenha que apostar em retrocessos “apassivados” por uma lógica “humanista-cristã” que entoa o nome de Deus, a bíblia, a família, a fé e o cuidado com a nação para permitir o alargamento da forma política presente hoje, atravessada pelo protagonismo dos evangélicos na política. Estas mudanças, portanto, demarcam a função social da religiosidade no capitalismo, além da quebra da laicidade no interior do aparelho público e explícita, em ações de claro caráter religioso, que nem por isso, abandonam os interesses particulares de seus membros, ora postos como interesses universais que, de certo, transmutam-se em importantes mecanismos de consolidação do conservadorismo.

Com isso, importa considerar que a entonação das saídas individuais, os discursos moralizadores, repressivos rotineiramente, produzidos por esta lógica perversa, trazem em seu bojo, o limite da apreensão do real e produção de um mascaramento eficiente conduzido pelo Estado, via um discurso saudosista do passado, escamoteando o ódio aos pobres e a democracia, além de promover uma destruição do Estado social via transição da forma direito para ações no âmbito do mercado.

Nesse cenário destrutivo, em que há uma crise da autenticidade capitalista, a democracia e cidadania são ultrapassadas em nome da conservação de formas sociais em que todo formato de violação torna-se padrão para o estabelecimento de medidas de austeridade e retirada de direitos, daí a retomada do conservadorismo se estabelece como crucial, pois somente ele com sua hipocrisia e aqueles tomados por sua ideologia, darão conta via discursos carregados de maldades, de explicar o atual cenário.

Isso significa o quão urgente é nos nutrirmos da história para elucidarmos situações específicas, pois mesmo em condições desvantajosas não devemos nos furtar de construir valores emancipatórios, afinal, o que está em jogo é a nossa possibilidade de existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>> Acesso em: jul.2019.

ALMEIDA, Silvio. Neoconservadorismo e liberalismo. In: Luiz Felipe Miguel [et al] *O ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil*. Boitempo, São Paulo, 2018.

AZCÁRATE, A. Iglesias evangélicas, franquias ode fe neoliberal. *El Salto*. Disponível em: <<https://www.elsaltodiario.com/religion/iglesias-evangelicas-franquicias-fe-neoliberal>> Acesso em: 12 fev.2020.

CASTILLO, J. C. Iglesias evangélicas y el poder conservador en Latinoamérica. Disponível em: <<https://www.celag.org/iglesias-evangelicas-poder-conservador-latinoamerica>> Acesso em: dez.2019.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico*. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FRESTON, P. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 1993.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª Ed. Annablume, SP, 2006.

IASI, Mauro. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo, ECP, 2017

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MASCARO, A. *Estado e forma política*. Boitempo, São Paulo, 2013;

MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São

Paulo:Boitempo, 2015

PASSOS, R. e GOMES, T. Avanço do conservadorismo, regressividade e os ataques à política nacional de saúde mental, álcool e drogas. In: Ramos, Adriana et al. (Orgs.) *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

PASTORINI et al. As instituições evangélicas e sua influência na política no Rio de Janeiro. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2019, Anais, Brasília-DF, 2019

SALVADOR, E. Fundo público, crise e financeirização da previdência social. In: Salvador, E., Behring, E., LimaA, R. (Org.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.